



Os Papéis Sociais do “Ser-Mulher” e suas Percepções no Ocidente

The Social Roles of “Being a Woman” and their Perceptions in the West

Les rôles sociaux du « être une femme » et leurs perceptions en Occident

Laís de Araújo Santos¹

Jane da Silva Paes²

RESUMO

A Teoria das Representações Sociais se consolida e reafirma o que, outrora partiu do senso comum entre o indivíduo e a sociedade, essa base teórica possibilitou o presente artigo e o trabalho de conclusão de curso que foi resultante das análises realizadas, pois objetivou-se buscar estas representações do Ser-mulher. Que foi compreendido como uma construção social influenciada por normas, valores e crenças culturais e, basicamente, a sociedade tem definido, no decorrer dos séculos, aquilo que é adequado ou não ao papel feminino. No decorrer dos estudos foi possível compreender a representação social do papel feminino em suas historicidades e suas repercussões na vida da mulher, com direcionamento a apontar as mudanças dos papéis sociais da mulher ao longo do tempo, bem como mostrar as diferentes formas de como a mulher foi e/ou tem sido vista na sociedade Ocidental, além de analisar as conquistas de espaço, autonomia e direitos adquiridos pela mulher ao longo dos anos. O tipo da pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica, e o método foi a abordagem qualitativa do tipo exploratória. Assim foi possível perceber que embora os direitos, reconhecimento e espaço que as mulheres vêm conquistando bravamente ao longo da história, as lutas e os desafios continuam e precisam tornar-se cada vez mais pauta de debates, políticas públicas e movimentos que permitam o caminhar rumo a uma sociedade igualitária.

Palavras-chave; Representação social; gênero; ser-mulher

¹ Bacharela em Psicologia pela Universidade Nilton Lins. E-mail: laissantos77.ls@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9687-5124>

² Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicologia Clínica de Base Fenomenológica pelo Instituto de Ensino Vision. Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Bacharela em Psicologia pela UFAM. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP). Professora do curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO). Preceptora em Psicologia na Pós-graduação em Saúde Pública com ênfase em Estratégia de Saúde da Família (UEA/ESAP). Vice Coordenadora da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LAPFE/UFAM). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial LABFEN (FAPSI/UFAM). Supervisora no Projeto de Extensão Plantão Psicológico em escolas do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: janedasilvapaes@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9683-8518>



ABSTRACT

The Theory of Social Representations consolidates and reaffirms what once came from common sense between the individual and society, this theoretical basis made possible the present article and the course conclusion work that was the result of the analyzes carried out, as the objective was to seek these representations of Being-woman. Which was understood as a social construction influenced by cultural norms, values and beliefs and, basically, society has defined, over the centuries, what is appropriate or not for the female role. During the studies, it was possible to understand the social representation of the female role in its historicities and its repercussions on women's lives, aiming to point out the changes in women's social roles over time, as well as showing the different ways in which women was and/or has been seen in Western society, in addition to analyzing the achievements of space, autonomy and rights acquired by women over the years. The type of research used was bibliographical research, and the method was a qualitative, exploratory approach. Thus, it was possible to realize that although the rights, recognition and space that women have been bravely conquering throughout history, the struggles and challenges continue and need to increasingly become the subject of debates, public policies and movements that allow us to move towards to an egalitarian society.

Keywords: Social representation; gender; be woman.

RÉSUMÉE

La Théorie des Représentations Sociales consolide et réaffirme ce qui provenait autrefois du sens commun entre l'individu et la société, cette base théorique a rendu possible le présent article et le travail de conclusion du cours qui a été le résultat des analyses réalisées, puisque l'objectif était de rechercher ces représentations de l'Être-femme. Ce qui a été compris comme une construction sociale influencée par les normes culturelles, les valeurs et les croyances et, fondamentalement, la société a défini, au fil des siècles, ce qui est approprié ou non pour le rôle féminin. Au cours des études, il a été possible de comprendre la représentation sociale du rôle féminin dans ses historicités et ses répercussions sur la vie des femmes, dans le but de souligner les changements dans les rôles sociaux des femmes au fil du temps, ainsi que de montrer les différentes manières dont les femmes étaient et/ou a été vu dans la société occidentale, en plus d'analyser les acquis en matière d'espace, d'autonomie et de droits acquis par les femmes au fil des années. Le type de recherche utilisé était une recherche bibliographique et la méthode était une approche qualitative et exploratoire. Ainsi, il a été possible de réaliser que même si les droits, la reconnaissance et l'espace que les femmes ont courageusement conquis tout au long de l'histoire, les luttes et les défis continuent et doivent faire de plus en plus l'objet de débats, de politiques publiques et de mouvements qui nous permettent d'avancer vers une société égalitaire.

Mots clés; Représentation sociale ; genre; être une Femme

As Representações Sociais do “Ser-mulher” não ditam apenas como as mulheres se veem, mas também como são percebidas pelos outros, sobretudo em



relação ao seu gênero, incluindo a internalização e normalização de regras, ainda que se tratassem de padrões que hostilizam, punem, degradam e/ou subestimam-nas, que são marcantes ao longo da história. Deste modo, em muitos aspectos elas foram limitadas por normas sociais e culturais, assim como elas também passaram por diversas dificuldade e barreiras, pela resistência e perseguição quando enfrentaram essas normas.

Neste artigo, fruto de pesquisas que geraram o TCC de título “*“ser-mulher”*”: *uma revisão de literatura em representações sociais do papel feminino no ocidente*”, fazendo uso do mesmo aporte teórico tornou possível permite que aqui se busque fazer um diálogo entre as representações sociais e o “ser-mulher”, partindo de uma revisão de literatura e embasada em fatos históricos dentro do Ocidente, juntamente com o aporte teórico que explica os fenômenos presente na história, trazendo situações em que as mulheres sofreram violência de gênero, bem como as lutas que estas tiveram para adquirir espaço dentro da sociedade.

Compreendendo a dinâmica da teoria das Representações Sociais, expondo os principais pontos da teoria e como ela se aplica na psicologia social, apresentando uma visão abrangente das principais ideias, métodos e abordagens ligadas à teoria possibilitando ao leitor uma sólida compreensão para posteriormente entender como ela se relaciona com as mudanças do papel feminino ao longa da história.

Além de ser possível perceber que o contexto social da humanidade sofreu grandes transformações no decorrer dos séculos, por isso é interessante apontar as mudanças dos papéis sociais da mulher, mostrar as diferentes formas de como a mulher foi e tem sido vista na sociedade Ocidental e analisar as conquistas de espaço, autonomia e direitos adquiridos pela mulher ao longo dos tempos.

Durante a busca por esses resultados, foram encontrados casos reais em que as mulheres foram violentadas por seu gênero enquanto ocupavam espaço em que antes eram bem vistos somente para homens, levantando a conclusão de que as lutas não acabaram e nem será cessado enquanto as mulheres não forem ouvidas e falarem por si.

Representações Sociais: a Teoria

A teoria das representações sociais teve seu conceito desenvolvido no século passado, por meio da sociologia e filosofia, seguido pela psicologia social que enxerga



o psiquismo como uma representação da realidade social. No contexto da psicologia social contemporânea, essa teoria se caracteriza como uma das maiores contribuições para a superação a divisão histórica entre o sujeito e o meio social (Marková, 2017).

Seu surgimento remonta à década de 1960, quando a psicologia social era dominante na América do Norte e foi fortemente influenciada pelo cientificismo. Moscovici, que compreendeu esta linha de pensamento, destacou-se como um grande teórico da teoria das representações sociais. Nasceu na Romênia e aprovou na França. Sua maior influência na teoria foi o preconceito e a perseguição racial, visando estabelecer uma abordagem social e mais explicativa. Ciência Integrativa (Silva, 2012).

Nesse aspecto, nas palavras de Rocha (2014), as representações são criadas pelos humanos com o objetivo de compreender o mundo que os rodeia, e essa representação pode ser percebida por meio da linguagem falada e escrita, do comportamento e da criação de imagens. Gomes (2006) nos diz que o conceito de representação social implica a existência dos seres humanos como atores sociais e a compreensão de que o comportamento social é regido por normas.

Ou seja, viver em sociedade permite que cada indivíduo aprenda formas de comunicação e regras de convivência, o que por sua vez permite que os indivíduos adquiram conhecimento sobre si mesmos e sobre o mundo que os rodeia, dando-lhes sentido e ajudando a formar os seus valores, identidade.

A teoria das representações sociais enfatiza que o conhecimento não é uma construção puramente pessoal, mas o produto da interação do meio onde o sujeito está inserido imediatamente. As pessoas constroem representações sociais e compartilham ideias e significados, sendo estes, percebidos, reconhecidos, validados e replicados em grupos (Gomes, 2006).

As representações sociais são objetos, ideias ou fenômenos significativos para um grupo social específico. Isso pode incluir questões políticas, religião, saúde, gênero, etc. Essas representações tornam conceitos complexos mais fáceis de serem compreendidos e relacionados pelos membros do grupo (Silva, 2012). No campo da psicologia, ajudam a construir conhecimento e a orientar atitudes e comportamentos



individuais. Socialmente, mantêm a identidade do grupo e estabelecem padrões de comportamento.

Moscovici (2012), pioneiro da teoria dos agentes sociais, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de métodos de investigação deste fenômeno. Ele enfatizou a importância de abordagens inovadoras e interdisciplinares para compreender como as representações sociais são construídas e compartilhadas. Ele defendeu uma abordagem que combina métodos qualitativos e quantitativos. Ele acreditava que uma compreensão completa das representações sociais requer uma análise minuciosa de narrativas e discursos qualitativos e a aplicação de técnicas quantitativas para avaliar a difusão e a estabilidade dessas representações.

Outros métodos utilizados pelo autor estão relacionados a entrevistas e observações, Moscovici (2012) considerou as entrevistas e a observação como ferramentas importantes para coletar dados qualitativos. Ele acreditava que essas técnicas permitem aos pesquisadores estudar as representações sociais de diversas maneiras, captando nuances e contextos que se perdem através de métodos puramente quantitativos.

O teórico também enfatizou a importância da análise de conteúdo no estudo das representações sociais. Ele recomendou a identificação de temas, categorias e metáforas recorrentes nas falas dos participantes, a fim de compreender como as representações são construídas e compartilhadas.

O teórico também se propõe a comprovar suas ideias em testas, o de associação livre de palavras, é inclusive um dos métodos mais conhecidos de Moscovici. Neste teste, os participantes são solicitados a mencionar palavras ou conceitos relacionados a um tema específico, que revelam as associações e estruturas subjacentes às representações sociais (Pacheco, 2011 Apud Bertoni; Galinkin, 2017).

Moscovic (2012) também reconheceu a importância das redes sociais na difusão de representações sociais. Ele incentivou a análise de redes sociais para examinar como as informações e ideias se espalham dentro de grupos sociais, influenciando a construção das representações.

As abordagens interdisciplinares de Moscovici encorajaram a colaboração entre disciplinas, acreditando que a pesquisa sobre representações sociais se



beneficiária com a interdisciplinaridade. Para isso, é preciso haver o envolvimento e integração de métodos e conceitos da psicologia, sociologia, antropologia e comunicação (Bertoni; Galinkin, 2017).

Os autores afirmaram que, por semelhante modo, havia valor na comparação entre diferentes culturas para entender como as representações sociais variam em contextos culturais distintos. O que, deste modo, enfatiza a importância de métodos comparativos na pesquisa.

Dessa forma, Moscovici defendeu uma abordagem eclética que valoriza uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos para investigar as representações sociais de forma abrangente. Enfatizou-se a necessidade de flexibilidade e adaptabilidade na seleção de métodos, tendo em vista a natureza dinâmica e contextual destas representações. Esta abordagem multifacetada continua a influenciar a pesquisa contemporânea sobre representação social.

A História e aspectos socioculturais do papel da mulher na sociedade ocidental

Ao longo da história, o estatuto das mulheres no Ocidente tem sido objeto de profundo exame e evolução. Este tema complexo abrange uma análise multidisciplinar, combinando elementos da história, sociologia, psicologia, literatura e teoria de gênero. Desde a antiguidade até ao presente, as mulheres têm desempenhado diferentes papéis, muitas vezes restringidos por normas sociais e culturais.

Segundo Pinto (2010), sempre existiram mulheres dispostas a lutar pela liberdade, porém muitas delas foram punidas e até executadas, principalmente pela Igreja Católica, que foi implacável com as mulheres que desafiaram e/ou desobedeceram aos seus princípios e doutrinas.

Para compreender a trajetória de desenvolvimento das mulheres no Ocidente, é necessário examinar a teoria feminista. Para tanto, Simone de Beauvoir foi uma das pioneiras do feminismo. Ela acreditava que as mulheres são frequentemente definidas em relação aos homens e são definidas como ". A metade feminina". Ela explora como as estruturas sociais colocam as mulheres em posições subalternas, limitando suas oportunidades e autonomia (Miraglia; Teodoro; Soares, 2020).

No entanto, a primeira onda do feminismo surgiu em meados do século XIX, quando as manifestações contra a discriminação das mulheres ganharam maior



destaque na Grã-Bretanha e o “sufrágio” tornou-se mais expressivo, conhecido como Movimento de Retorno. Ampliar o direito de voto das mulheres (Limongi; Oliveira; Schmitt, 2019).

As mulheres que participaram dessas manifestações, especialmente em Londres, ficaram conhecidas como “*As sufragetes*”, dentre elas Emily Davison no qual, em 1913, se arremessou em frente ao cavalo do Rei na maratona de cavalo em Derby. Ainda assim, o direito ao voto só ocorreu em 1918 no Reino Unido (Pinto, 2010).

Também no Brasil, a primeira onda do movimento também visava o direito de voto, liderada por Bertha Lutz, que em 1927 apresentou uma petição ao Senado para aceitar o projeto de lei que concedia às mulheres o direito de voto, incluindo o senador Juvenal Larmartine, autor de. No projeto de lei, esse direito só foi promulgado com a nova lei eleitoral de 1932 (Pinto, 2010).

Esse movimento também foi acompanhado de reivindicações relacionadas à organização familiar, oportunidades de estudo ou ingresso em determinadas profissões, pois estas interessavam às mulheres brancas burguesas. Isto nos leva à organização de trabalhadores de mentalidade anarquista “O Sindicato dos Alfaiates, Chapeleiros e Classes Aliadas”.

Em manifesto de 1917, proclamam: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (Pinto, 2010, p. 35).

Ainda conforme o mesmo autor, estes movimentos feministas foram perdendo forças durante 30 anos reaparecendo somente na década de 1960, mas antes disso é publicado o livro que marca a vida das mulheres e dá entrada à segunda onda do feminismo, tal livro é elaborado por Simone de Beauvoir e se chama o “segundo sexo”, foi publicado em 1949 e por meio dele a autora estabelece um dos princípios fundamentais do feminismo: “Não se nasce mulher, se torna mulher”.

De acordo com Mano (2019), Simone Beauvoir recebeu cartas de mulheres agradecidas por demonstrar em palavras o que antes elas não conseguiam expressar, sentimentos esses de indignação e tristeza perante a distinção entre homens e mulheres. A autora diz que o livro também foi alvo de críticas para os conservadores cristãos, onde quiseram passar a ideia de que Beauvoir beirou os limites e que não



era necessário criar rivalidade entre homens e mulheres, pois o problema não era o homem e sim o capitalismo.

No seu trabalho, Simone Beauvoir recebeu correspondência de mulheres expressando gratidão por articular emoções que tinham lutado para transmitir – sentimentos de indignação e tristeza relativamente à divisão social entre gêneros. Segundo Mano (2019), o autor também enfrentou críticas de conservadores cristãos que afirmavam que o livro de Beauvoir ultrapassava limites desnecessariamente, sugerindo que a questão em questão não eram os homens, mas sim o capitalismo, e que, portanto, não havia necessidade de fomentar a competição entre os sexos.

O ponto focal desta subsequente onda de feminismo é a busca da paridade entre os gêneros, juntamente com a reação à domesticidade após a conclusão da Segunda Guerra Mundial. Estas batalhas levaram a um discurso sobre o gênero e as suas obrigações sociais, sublinhando a noção de que a identidade de gênero não é apenas ditada pela biologia, mas também é moldada por fatores sociais.

Para entender mais da participação ativa da figura feminina na busca pelos direitos básicos e por um espaço social no qual pudessem existir e (re)sistir, é importante levar em consideração seu trajeto histórico que vem desde o Ocidente Antigo e percorre até os dias atuais.

Na antiguidade, a exemplo, a Grécia Antiga, na obra “A Política” de Aristóteles há uma referência crucial para entender a visão grega sobre as mulheres. Aristóteles considerava as mulheres como seres inferiores e acreditava que seu papel principal era procriar e cuidar da casa. Essa visão influenciou a segregação de gênero na Grécia antiga, onde as mulheres tinham acessos limitados à educação e à participação política (Silva, 2012).

Conforme diz o mesmo autor, na Roma, a figura do “pater familias” detinha poder absoluto sobre sua família, incluindo as mulheres. O Código de Hamurabi, uma das primeiras leis escritas da Mesopotâmia, também ilustra a subserviência das mulheres, estabelecendo que elas estavam sujeitas à autoridade dos homens em suas vidas pessoais e legais. No entanto, é importante salientar que houve variações dentro dessas sociedades antigas e que as posições das mulheres podiam ser influenciadas por fatores como classe social e localização geográfica (Silva, 2012).



Para obter uma visão sobre a dinâmica do gênero na antiga Mesopotâmia, é crucial referir-se à extensa investigação conduzida por Jean Bottero, um historiador e arqueólogo altamente estimado. Bottero afirmou corajosamente que as mulheres na Mesopotâmia detinham um estatuto secundário, desprovidas de muitos dos direitos e privilégios concedidos aos homens. Essa afirmação ressalta a noção predominante de que, embora as mulheres ocupassem um lugar na sociedade mesopotâmica, era uma posição subordinada à dos homens (Dantas, 2015).

Além disso, o autor enfatiza a importância de reconhecer que as mulheres mesopotâmicas não eram figuras passivas. Os estudiosos Diane Wolkstein e Samuel Noah Kramer, especialistas em literatura e mitologia suméria, lançaram luz sobre a presença de formidáveis personagens femininas na mitologia mesopotâmica, como Inanna e Enheduanna. Estas figuras veneradas, percebidas como “seres sagrados”, simbolizavam tanto o poder como a dualidade da feminilidade nos tempos antigos, demonstrando assim o papel significativo que as mulheres desempenhavam exclusivamente no domínio da religião.

O que é “Ser-mulher” segundo a Teoria das Representações Sociais?

A teoria das representações sociais de Serge Moscovici fornece uma lente valiosa através da qual podemos examinar a construção e disseminação do conceito social de “feminilidade”. Esta teoria enfatiza a forma como os indivíduos formam coletivamente representações para atribuir significado às suas experiências e interações na esfera social.

O conceito de “feminilidade” abrange tanto a identidade pessoal quanto a construção social, que é moldada por normas, valores e crenças culturais. De acordo com a teoria das representações sociais, a sociedade forma coletivamente ideias e percepções sobre o que significa ser-mulher, influenciando assim o desenvolvimento da identidade feminina (Barbosa, 2016).

A construção dos papéis de gênero e das expectativas sociais associadas é um aspecto fundamental das percepções da sociedade em relação à feminilidade. A sociedade frequentemente dita o que é considerado comportamento, interesses e aspirações adequados para as mulheres (Barbosa, 2016).

Os estereótipos de gênero desempenham um papel importante nas representações sociais de “ser-mulher”. Isto inclui percepções de que as mulheres



são mais emocionais, mais atenciosas e menos inclinadas a carreiras de liderança, bem como estereótipos que podem limitar as oportunidades e escolhas das mulheres. Essas representações podem variar muito de uma cultura para outra porque as normas e valores culturais influenciam as percepções dos papéis e comportamentos das mulheres, portanto, o que é considerado “feminino” em uma cultura pode não ser diferente em outra cultura (Boris, 2016). A autora afirma que a mídia e a cultura popular desempenham um papel importante na formação da imagem da mulher na sociedade. Através de imagens, narrativas e estereótipos, os meios de comunicação social podem moldar as percepções públicas sobre os papéis e comportamentos das mulheres, muitas vezes reforçando ou desafiando estereótipos.

As representações sociais definem frequentemente o que é considerado feminino e, por extensão, o que é esperado das mulheres. Isso pode incluir traços de personalidade, modos de vestir, interesses e comportamentos associados à feminilidade (Barbosa, 2016). A autora descreve ainda que, é importante destacar que as representações sociais do “ser-mulher” estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo. Movimentos feministas e mudanças sociais têm desafiado as representações tradicionais, contribuindo para uma visão mais ampla e inclusiva da identidade feminina.

A teoria das representações sociais fornece um quadro conceitual valioso para entender como o “ser-mulher” é construído e compartilhado na sociedade. Reconhecendo a influência das representações sociais, podemos questionar estereótipos de gênero prejudiciais e promover uma visão mais diversificada e igualitária do seu significado na sociedade contemporânea. Os papéis sociais retratados e estudados na teoria das representações dita a forma como as mulheres se percebem e como são percebidas pelos outros em relação ao gênero, inclusive a internalização de normas de gênero e a maneira como as mulheres se relacionam com essas normas (Boris, 2016).

Nos tempos modernos, as mulheres enfrentam diversos desafios relacionados aos papéis sociais, como a luta contra a objetificação, busca pela equidade de gênero e a desconstrução de estereótipos nocivos, bem como a luta pela disseminação de ideias que favoreçam a educação e a socialização adequados e alinhados a esses objetivos, pois desempenham papel fundamental na formação das representações



sociais do “ser-mulher”. Através do processo de socialização, as crianças são ensinadas a adotar as normas de gênero da sociedade, que influenciarão suas representações sociais na vida adulta (Barbosa, 2016).

O Sagrado e o profano

De acordo com Vasconcelos (2005) no final da Idade Média foi estabelecido o celibato dos padres, no qual teve início na Igreja uma literatura misógina, criando a divisão Eva/Maria, resultando na demonização da mulher, símbolo do pecado e da tentação e sendo responsável pelo desvio do homem.

(...) Tu deverias usar sempre o luto, estar coberta de andrajos e mergulhada na penitência, a fim de compensar a culpa de ter trazido a perdição ao gênero humano (...) Mulher, tu és a porta do diabo. Foste tu que tocaste a árvore de satã e que, em primeiro lugar, violaste a lei divina (Delumeau, 1990, p. 316 apud Vasconcelos, 2005).

Neste trecho percebe-se a aversão feminina como na época medieval, no qual homens eram aconselhados a afastar-se das mulheres se tivessem o intuito da salvação. Desde o século XI a reforma da sociedade foi baseada no livro Gênesis da Bíblia Sagrada, bem como os homens começam a falar e a definir a mulher através deste livro no século XII, também por estes princípios se tem as ideias acerca da origem do Ser, da moral, da ordem social e a condição humana (Vasconcelos, 2005).

Dentre esses homens, temos o Santo Agostinho que, de forma mais profunda, fundamenta-se no livro de gênesis para responder aos questionamentos do porquê a humanidade é sexuada, bem como por que sente-se culpada e infeliz, dizendo ainda que a mulher deve ser dominada pelo homem, pois no homem o modo racional e espiritual são dominantes, enquanto nas mulheres o desejo é o que prevalece, bem como ele acredita que a mulher tenha sido criada como ajudante do homem, embora para Santo Agostinho todo ser humano possui em si o masculino e o feminino.

No século XII enquanto é construída a teologia e a moral do casamento surge uma nova análise sobre a bíblia, Deus fez Eva da costela de Adão para demonstrar a união monogâmica como indiscutível e a partir disso, surge a ideia de que a mulher não foi criada para ser parceira do marido, tampouco para fazer companhia por ele se sentir só, como muitos teólogos apontavam, mas sim para procriar, pois se Deus não tivesse essa intenção, ele criaria outro homem e não outro ser humano do sexo



feminino que pudesse gerar outra vida. Para os padres da época é bom que o homem ande só e livre das tentações que as mulheres oferecem, destacando que elas eram vistas como eternas Evas, ou seja, o homem era sempre tido como uma vítima e mulher era demonizada (Idem, 2005).

Outro marco histórico lastimável na trajetória das mulheres a respeito da religião, foi a opressão e apagamento de quaisquer destaques da figura feminina na sociedade, isto é, a igreja junto a sociedade condenavam mulheres à força quando existiam comportamentos, características ou ideias que pudessem levantar suspeitas de bruxaria e, anos após, entendemos que esse comportamento além de oprimir, ditavam a fé e a liberdade de expressão pelo movimento que ficou conhecido como “a caça às bruxas”.

Essa caça às bruxas, ocorreu principalmente nos séculos XVI e XVII na Europa e foi um episódio trágico que teve um impacto devastador sobre esta parcela da população. Durante esse período, as mulheres desempenharam papéis tanto como vítimas quanto como acusadoras, e a caça às bruxas revela as complexidades das normas de gênero e o medo da feminilidade na sociedade (Braick & Mota, 2016).

Segundo diz Braick e Mota (2016) o historiador Brian Levack levanta os seguintes dados em seu livro “The Witch-Hunt in Early Modern Europe,” estimando que entre 75% e 85% das vítimas da caça às bruxas eram mulheres. Isso reflete a vulnerabilidade das mulheres nessa época, especialmente aquelas que não se conformavam com as normas sociais.

Os autores também concordam ser importante mencionar que, acusações de bruxaria muitas vezes estavam ligadas a estereótipos de gênero. Mulheres que eram independentes, idosas, solteiras ou que possuíam conhecimentos de ervas medicinais frequentemente eram vistas como suspeitas. A socióloga Silvia Federici, em seu livro “Calibã e a Bruxa,” argumenta que a caça às bruxas foi uma tentativa de reprimir o poder das mulheres e controlar seus conhecimentos tradicionais.

O autor revela um ponto curioso e válido a ser mencionado, é que não só as mulheres estiveram no lugar de acusadas com diversos tipos subjetivos de alegações, que variavam desde prática de conhecimentos medicinais, pensamentos críticos, por demonstrar conhecimentos considerados inadequados às mulheres, ter animais de estimação vistos como pertencentes às bruxas, etc., mas também houveram aquelas



que desempenharam o papel de denunciantes. Isso pode ser visto como uma manifestação do medo e da pressão social da época, em que a denúncia poderia proteger uma mulher de ser acusada a si mesma.

A caça às bruxas é um exemplo extremo de como a sociedade historicamente reprimia e temia as mulheres que desafiavam as normas estabelecidas. Isso também destaca como as mulheres, tanto como vítimas quanto como participantes involuntárias, foram afetadas por normas de gênero e superstições. Esse período sombrio da história ocidental deixou um legado de opressão e injustiça para as mulheres, servindo como um lembrete da importância de lutar por igualdade e justiça de gênero.

A cultura da violência e ódio ao feminino

Estas crenças e movimentos sobre a mulher ainda repercute nos dias atuais tendo como princípios os mesmos valores que antigamente, fazendo com que as mulheres continuem enfrentando uma série de desafios ao longo da história e sendo submetidas a diversos crimes na sociedade.

Matos e Machado (2012) relaciona que os crimes tem uma fundamentação histórica e nos dias atuais passou a repercutir o tema “Misoginia”, no qual é o termo que se refere ao ódio e/ou aversão contra mulheres, tendo raízes profundas na história e remontando a civilizações antigas.

Os mesmos autores dizem que a misoginia pode se manifestar de diversas maneiras, desde discriminação no local de trabalho, violência doméstica, assédio sexual, até a perpetuação de estereótipos prejudiciais sobre as mulheres. A misoginia tem efeitos prejudiciais nas mulheres, causando danos psicológicos, emocionais e físicos. Também contribui para a desigualdade de gênero e a marginalização das mulheres em muitos aspectos da vida.

Se torna importante observar que esses desafios variam de acordo com o tempo e o local, e muitos deles ainda persistem até hoje, embora haja avanços significativos na luta por igualdade de gênero. O movimento feminista desempenhou um papel fundamental na conscientização sobre essas questões e na defesa de mudanças positivas nas leis e na sociedade para enfrentar esses desafios.

Dominação social e o não-papel da mulher: o patriarcado



O patriarcalismo é baseado na ideia de “paters”, ou seja, na figura do pai, bem como é uma estrutura social que se conceitua a partir de duas diretrizes que apontam a mulher como um ser abaixo do homem e os jovens como seus dependentes (Scott, 1990 apud Souza, 2021).

A mesma autora diz que nessa estrutura social do patriarcado, surge o machismo estrutural que promove as violências dirigidas contra as mulheres, tanto físicas como psicológicas, além de fomentar a desigualdade social e que por isso, torna-se importante enfatizar o surgimento e a manifestação da cultura. Conforme a sociedade evoluía e se iniciava a civilização, temas que abrangiam a relação de gênero e o papel de homens e mulheres também tomavam uma nova configuração (Souza, 2021).

O deslocamento da caça e coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres. Na caça e na coleta, ambos os sexos, trabalhando separados, contribuía com bens econômicos importantes. As taxas de natalidade eram relativamente baixas e mantidas assim em parte pelo aleitamento prolongado. Em consequência disso, o trabalho das mulheres de juntar grãos e nozes era facilitado, pois nascimentos muito frequentes e cuidados com crianças pequenas seriam uma sobrecarga. A agricultura estabelecida, nos locais em que se espalhou, mudou isso, beneficiando o domínio masculino. (Stearns, 2010, p.32 apud Souza, 2021).

Tornando assim as plantações uma responsabilidade integral dos homens, enquanto as mulheres serviam um ajuda básica, porém indispensável, mesmo o homem sendo o encarregado de suprir a maior parte da alimentação. A família brasileira tem a sua formação baseada nesse regime patriarcal, bem como possui uma influência da miscigenação das culturas indígenas, africanas e europeias. Ou seja, a família possuía um chefe que se nomeava como patriarca, uma mulher, bem como haviam os filhos e os netos, além do núcleo secundária que abrangiam filhos bastardos (ilegítimos) (Souza, 2021).

A autora diz que a colonização portuguesa gerou influência no patriarcalismo brasileiro, pois enquanto os homens eram donos de fazendas e escravos durante o período colonial e Imperial, as mulheres não tinham vozes para tomada de decisões, assim como não tinham posses e direitos. Dessa forma, a maternidade, os cuidados



dos filhos e do ambiente familiar, passou a ser a definição clássica do papel do que é “ser-mulher”, assim como, posteriormente nasceu a ideia de que este papel fazia parte da “essência” feminina, determinando então a sua diferença perante ao homem (Souza, 2021).

Mediante a esse fato houve uma separação entre a natureza e a cultura, onde o homem é localizado no polo cultural e no trabalho, enquanto a mulher está do lado da natureza, tendo como princípio o “instinto” materno e tendo seu corpo gradativamente associado à reprodução (Souza, 2021).

A autora diz que a mulher passa a ser vista como um sexo frágil por ter uma concepção voltada a questões “emocionais”, assim como um ser necessitado da tutela de um marido (homem). Essa figura de mãe e esposa passa a ser cada vez mais reforçada e a aquelas, cuja, não se identificassem com esse papel, era vista com imoral e antinatural (Souza, 2021).

O patriarcalismo é um conceito que desempenha um papel fundamental nas sociedades ocidentais e é central para a compreensão das estruturas de poder de gênero. A teoria das representações sociais oferece uma lente valiosa para analisar como o patriarcalismo é percebido, internalizado e mantido dentro da cultura e da sociedade.

Uma representação comum do patriarcalismo é a crença na divisão tradicional de papéis de gênero, onde os homens são vistos como provedores e as mulheres como cuidadoras. Isso reforça a ideia de que os homens têm autoridade sobre as mulheres (Santaella, 2004).

A autora acrescenta ainda que outro elemento do patriarcalismo se refere aos estereótipos de gênero e desempenham um papel significativo nas representações sociais do patriarcalismo. Isso inclui a percepção de que os homens são naturalmente mais competentes em certas áreas, como liderança, e que as mulheres são emocionais ou menos adequadas para posições de poder.

A tolerância à violência de gênero é outra dimensão do patriarcalismo nas representações sociais. A normalização da violência contra o gênero feminino perpetua a ideia de que os homens têm o direito de controlar e punir as mulheres (Balbinotti, 2018).



Embora o patriarcalismo seja uma representação social profundamente enraizada, a sociedade contemporânea tem visto desafios significativos a essas normas de gênero e buscado através dos movimentos feministas discussões públicas para desconstruir o patriarcalismo e promover a igualdade de gênero.

A teoria das representações sociais oferece uma estrutura útil para analisar como o patriarcalismo é construído e mantido na sociedade. Reconhecendo e desafiando as representações sociais patriarcais, podemos avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, onde o poder e a autoridade não sejam definidos pelo gênero, mas pela capacidade e mérito individual.

Aborto: descriminalização e desnaturalização da maternidade

Segundo Pimentel; Villela (2012), a legalização do aborto desde sempre foi uma causa primordial para o movimento feminista, que a enxerga como um direito humano das mulheres. Isso deve ao discurso trazido por elas, resumido em “o nosso corpo nos pertence”, e a crença de que o direito ao aborto é um requisito básico e necessário para a justiça social e a consolidação das democracias.

Este argumento diferencia o movimento feminista dos movimentos das mulheres em 1970, no qual se objetivava mais na garantia de acesso a equipamentos sociais do que na conquista de autonomia, havendo ainda uma disputa política com a hierarquia da Igreja Católica com a temática, onde fez com que as feministas associassem o aborto a reivindicações interligadas à saúde integral das mulheres (Pimentel; Villela, 2012).

As autoras salientam que a discussão sobre o aborto é visto no meio das feministas como um modo de desconstruir o paradigma da maternidade compulsória, possibilitando que as mulheres tenham autonomia na hora de escolher se terão filhos ou não, visando através da discriminação do aborto a equidade, onde as mulheres não são destinadas à maternidade por obrigatoriedade, possibilitando que tenham um papel fundamental nas tomadas de decisões reprodutivas e sexual, assim como o homem, que por sua vez decide se quer ou não participar da criação dos filhos e assumir seu papel na paternidade.

De acordo com os dados divulgados pelo Censo Escolar, efetuado no Conselho Nacional de Justiça – CNJ e divulgados em 2013, existem 5,5 milhões de crianças brasileiras sem o nome do pai no registro de nascimento, embora compreende-se que



os dados não retratam de fato o número de casos com exatidão, podendo afirmar que todas estas crianças foram abortadas por seus genitores, tendo assim piores repercussões na vida da criança do que o aborto propriamente dito.

Assim como este não responde por crime desta prática, sendo aceito pela sociedade através do pensamento de que o filho pertence a mãe, no qual para a mesma o Código Penal (1940) em seu Art. 124 prevê uma pena de um a três anos de detenção em casos em que a mulher provoque ou permita que outrem lhe provoque o aborto.

Fernandes et. al (2019) explicam a relação do aborto com a autonomia reprodutiva e aos direitos das mulheres, sugerindo que a mulher dever ter o direito de tomar decisões sobre o seu próprio corpo, incluindo a decisão de interromper uma gravidez indesejada, bem como fazer uso de contraceptivos que melhor se adequem às suas necessidades.

Entretanto, além da posição da igreja, ainda existe os argumentos em prol da vida fetal, onde diz que a vida começa na concepção e que, portanto, a interrupção da gravidez é moralmente inaceitável, porém as feministas contra põe dizendo que a legalização do aborto irá assegurar a mulher a realizar o procedimento de forma efetiva e sem danos a sua própria vida, reduzindo consideravelmente a morbidade e a mortalidade materna, fornecendo às mulheres acesso a serviços médicos adequados.

Segundo Dornelas (2021) o controle reprodutivo sem o consentimento da mulher configura violência de gênero, gerando sérios danos a saúde física e mental das mulheres.

Estas lutas a favor da discriminação do aborto surgem a partir da desnaturalização da maternidade na terceira onda do feminismo, no qual por muito tempo foi vista como uma experiência natural e inquestionável na vida de uma mulher, entretanto houve um despertar nas mulheres e expuseram que nem todas desejam ser mães, além de que a maternidade nem sempre foi vista de forma natural, pois essa crença só surgiu após a valorização da infância (Lima; Santos; Barbosa, 2021).

Empoderamento feminino

Compreende-se que por muito tempo a mulher foi subordinada devido aos sistemas patriarcais, normas culturais e discriminação de gênero, e diante de um olhar



feminista, o empoderamento feminino se torna um elemento fundamental para superar essa subordinação e conquistar a equidade de gênero (Lisboa, 2008 Apud Couto; Saiani, 2021).

O empoderamento é um processo tanto individual quanto coletivo, com o intuito de auxiliar as pessoas a conduzirem suas vidas e conquistarem a sua emancipação. Para isso, é fundamental realizar um processo de conscientização, abarcando diferentes áreas ou esferas (Barbosa, 2018).

O conceito de empoderamento também inclui a palavra poder, que pode ser compreendido como o domínio sobre recursos materiais, intelectuais e ideológicos. A posse do poder está nas mãos daquele que influencia a distribuição e o uso desses recursos, quanto mais controle a pessoa tiver de algo, alguém ou de si próprio, maior se torna o seu poder (Batliwala, 1997 apud Couto; Saiani, 2021).

Portanto, pode-se compreender o empoderamento feminino como um desafio diante às relações de poder e esforço para adquirir controle sobre suas próprias vidas, além disso ele é um processo que não tem uma evolução constante e se difere de acordo com as experiências de vida das mulheres, assim como sofre influência nos aspectos culturais, históricos e econômicos (Couto; Saiani, 2021).

Cecília Sardenberg (2009, p. 2) aponta o empoderamento na perspectiva feminista: Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero.

Porém, o termo foi tomando outro rumo e se distinguindo do seu caráter coletivo, gerando conflito no movimento feminista, pois passou a ser usado para incentivar o desenvolvimento individual com valores econômicos, embora as feministas radicais priorizem a sua essência.

Simone de Beauvoir (1980) acreditava que as mulheres deveriam se esforçar para se tornarem conscientes de sua situação opressora e lutar por sua emancipação, encorajando assim a ação feminista.



METODOLOGIA

A abordagem qualitativa, segundo Minayo (2013), se firma na área da subjetividade e da simplicidade, bem como propõe uma aproximação essencial de confiança entre o indivíduo e o objeto. A autora diz que os dois possuem a mesma natureza, onde se envolve com empatia aos objetivos, aos projetos dos atores tornando significativa suas ações, se fazendo necessário uma postura dialética dentro dos três pontos definidos por Bruyne *et al.*, (1991, apud Minayo, 2013), que se refere ao movimento concreto, o sentido objetivo, subjetivo e o metodológico.

A autora salienta ainda, que o material fundamental da pesquisa qualitativa são as palavras que se manifestam no discurso cotidiano, no qual torna-se indicadora de condições estruturais, bem como de sistemas, valores, normas e símbolos, transmitindo assim, através de um entrevistado, representações de determinados grupos.

Para Marconi e Lakartos (2008, apud Oliveira; Strassburg; Piffer, 2020) o método qualitativo diferencia-se do quantitativo pelo não levantamento de estatísticas, bem como pela forma de coleta e análise de dados, no qual inquieta-se na análise e na interpretação de aspectos mais intensos e aprofundados, apontando para a compreensão do comportamento humano e fornecendo análise detalhada sobre as investigações.

A presente pesquisa foi realizada através de artigos científicos, revistas científicas e livros físicos ou digitais, além de teses, monografias etc. Os materiais foram coletados de modo a compreender a temática da representação social e o papel feminino no Ocidente, sendo visto pela ótica de pesquisadoras com vivências de papel tido como feminino na sociedade ocidental, sendo visto pelo olhar teórico o que é vivido na prática diariamente.

Tendo como base a análise de conteúdo sugerida por Bardin (2016), no qual trabalha a prática da língua realizada por emissores identificáveis, tentando compreender o sujeito ou o seu ambiente em determinado momento, considerando assim as significações (conteúdos) por trás das palavras.

De acordo com Bardin (2016) existem três etapas na análise de conteúdos: a primeira é a pré-análise, onde se trata de uma organização das informações com o



intuito de contribuir com o *corpus*, que se refere aos documentos e falas obtidas durante os procedimentos pelo entrevistado.

De acordo com esses autores, essa etapa possui a regra da exaustividade, representatividade, homogeneidade e a da pertinência; a segunda se destaca na exploração do material, onde há um aprofundamento maior com o objetivo de classificar as unidades de registros e unidades de contextos através das significações de falas obtidas;

A terceira e última se refere ao tratamento dos resultados, a interferência e a interpretação, no qual diferencia-se através de um agrupamento que segue a analogia, bem como os critérios de exclusão mútua, conformidade, legitimidade, objetividade, lealdade e a produtividade a partir dos registros. (Bardin, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A teoria das representações sociais, apresentada anteriormente, se concentra no modo como o sujeito constrói e partilha conhecimento sobre o mundo em sua volta, buscando entender como as pessoas se entendem, interpretam e organizam, bem como dão significados às situações em seu ambiente.

Dentre as discussões levantadas, percebeu-se que as mudanças encontradas nos papéis sociais da mulher ao longo do tempo, mostram que na antiguidade elas eram limitadas à criação dos filhos e serviços domésticos, apontando que hoje o panorama é diferente, a mulher tem o direito de estar onde ela quiser, embora ainda continuem enfrentando desafios pautados em antigas representações de seu papel.

Foi preciso nas análises descrever as diferentes formas de como a mulher foi/e tem sido vista na sociedade ocidental, abrangendo uma interação de fatores culturais, sociais e históricos que moldam a percepção do papel das feminino, englobando as lutas e os desafios na tentativa de alcançar a equidade de gênero.

Por fim, é válido ressaltar que as conquistas de espaço, autonomia e direitos adquiridos pela mulher, bem como a importância de leis que as protejam da violência de gênero, promovem a conquista de visibilidade, de alçar novos espaços, como o próprio poder público, demonstrando por meio de exemplos na política, mesmo ainda com em um cenário de violência de gênero marcante na moderna, reconhecendo os desafios contínuos que as mulheres enfrentam no seu dia a dia.

Mudanças nos papéis sociais da mulher ao longo do tempo



Ao longo dos séculos, foram notadas mudanças nos papéis sociais das mulheres, estando muitas destas mudanças relacionadas com representações historicamente construídas. À medida que ocorrem mudanças culturais, novos papéis emergem ou recebem novos significados face às crenças socialmente enraizadas.

Tendo em conta a investigação realizada, fica claro que os papéis sociais mais proeminentes das mulheres ao longo da história estão relacionados com os papéis de mulheres submissas/de serviço a outras mulheres, mães, donas de casa e esposas, embora se saiba que tais mulheres desempenham papéis em uma variedade de funções, por exemplo, profissionais, cidadãos, etc.

Quando se trata de submissão feminina, percebemos que não só tem raízes profundas na sociedade, mas também se justifica nas percepções culturais, económicas e, principalmente, religiosas. É necessário considerar a religião como um fator importante no surgimento da subjetividade, principalmente em relação à sexualidade, mulheres e a religião compõem uma relação complexa que inclui aspectos espiritualidade, dogmas, estigmas, secularidade, pecado e santidade, prazer e gênero.

A religião vê as mulheres como Eva, portanto elas são vistas como inferiores aos homens porque não vencem a tentação, fazendo com que os homens pequem, o que faz com que sejam vistas como pessoas que não conseguem controlar suas emoções e desejos, fazendo com que isso se torne motivos para limitação de à educação, ao emprego remunerado e à participação política e, até mesmo, da liberdade sexual.

Família, ser mãe, o Ser do outro

No que diz respeito ao papel social da mãe, podemos fazer uma retrospectiva histórica aos séculos XVI e XVII, onde os filhos eram considerados adultos em miniatura e não tinham o valor social vigente, ou seja, a mãe não participava tanto da educação dos filhos quanto ela fez faz hoje (Barbosa; Rocha, 2021).

Os autores observam ainda que foi apenas no século XIX, quando surgiu uma nova forma familiar (família burguesa), que as crianças começaram a prestar mais atenção às suas necessidades básicas e ao desenvolvimento educacional. Como resultado, as diferenças de gênero nas tarefas de trabalho e nos papéis de gênero foram distribuídas de modo que o homem centrasse a sua maternidade e atividades



relacionadas com o casamento na responsabilidade de cuidar da família e da mulher no ambiente doméstico.

Del Priore (2018), autora de “histórias e conversas de mulher”, enfatiza a ideia do século XIX de que o amor das mulheres deveria ser respeitoso e modesto, enquanto o amor dos homens era inspirado na fragilidade das mulheres que se manifestava em si como uma forma de ternura. E através do desempenho da mulher, surge as ideias do amor materno, tornando ele um tema complexo e de mudanças significativas ao longo do tempo, podendo ser analisado em diferentes perspectivas culturais.

Nos dias atuais é bem comum ouvir que o amor materno surge a partir do momento em que a mulher descobre a gravidez, tornando está mãe forte e corajosa para defender sua cria, tendo um amor sem limite capaz de abrir mão dos seus próprios prazeres em prol dos filhos. Essa perspectiva ressalta como as mães, ao longo da história, foram muitas vezes pressionadas a se conformar a um ideal de maternidade que era imposto pela sociedade, e qualquer desvio desse ideal poderia resultar em culpa e censura.

Badinter (1985) possui uma perspectiva crítica no que se refere a essa visão de amor materno como algo natural e divino, considerando essa idealização como um mito criado com o intuito de reduzir a mortalidade infantil e preparar as crianças para se tornarem futura mão de obra produtiva. Diante do que foi exposto, podemos dizer que a maternidade não é um papel social destinado às mulheres por instinto e natureza, mas por consequência dos valores construídos culturalmente, socialmente e politicamente.

Torna-se importante lembrar que este papel da mulher sobre a maternidade também foi construído a partir do seu papel no casamento, no qual durante Idade Média, em seu surgimento, foi instituído pela igreja e considerado um sacramento, bem como selados por Deus e qualquer vínculo fora dessa relação, seria considerado como adultério e pecado. Assim como objetivo dessa relação na época estava direcionado à procriação e a sexualidade era pouco explorada (Costa, 2007 apud Carvalho; Paiva, 2009).

As autoras salientam que neste mesmo tempo, a intimidade do casal era mais vista de maneira pública do que privada, sendo exposto até mesmo o momento nupcial



para os convidados e para a sociedade, tornando este fenômeno mais importante do que a própria cerimônia. Diante desses fatos e dos expostos no capítulo um, pode-se dizer que a família foi se modificando aos poucos através de uma infância mais valorizada, repercutindo nos papéis sociais das mulheres perante a sociedade.

Para Carvalho e Paiva (2009), o casamento contemporâneo não está mais ligado à formação de uma família, e sim à necessidade afetiva dos parceiros de estarem juntos, assim como a mulher que antes era vista como a extensão do marido não possui mais as mesmas obrigatoriedades como a de se dedicar apenas ao lar, permitindo, em teoria, uma liberdade e igualdade nos relacionamentos. Além de que hoje em dia a sexualidade ter se tornado mais explorada do que antigamente e as mulheres possuem, assim como homens, o direito de se relacionar com quem sentir desejo, embora exista pessoas com pensamentos patriarcais e preconceituosos, tornando não a violência de gênero ainda mais visível.

Estas mudanças devem-se ao século XX, quando as mulheres começaram a desafiar os estereótipos e a procurar mais participação na vida profissional. Essas lutas feministas conquistaram o direito de voto e a participação das mulheres na política e no trabalho, o que tornou as mulheres mais independentes economicamente e ajudou a construir a sua autonomia.

As mudanças relacionadas com o trabalho incluem a mudança de donas de casa para trabalho assalariado no século atual e, mesmo com estes avanços, as mulheres ainda enfrentam disparidades salariais e barreiras à carreira e à progressão no emprego. sobrecarga causada pela necessidade de equilibrar tarefas domésticas, maternidade e trabalho.

A inclusão do trabalho no papel social da mulher não alterou a sua identidade, porém ampliou, fazendo com que ela exerça uma dupla jornada e às vezes até tripla chegando a ganhar o nome de “supermulheres” (Caixeta; Barbato, 2005 apud Borges; Dornelas, 2017).

Termos como “mulher guerreira, mãe guerreira” também possuem grande destaque na sociedade quando é preciso homenagear as mulheres que se desdobram em diversos papéis sociais, inclusive no de “pai” quando este é ausente. Entretanto a verdade é que estas mulheres não são guerreiras e sim sobrecarregadas para atender um padrão na sociedade.



Na ausência do genitor do filho, a mulher se encontra encurralada a criá-lo emocionalmente e financeiramente sozinha e ao contrário do homem ela sofreria represálias caso tivesse o mesmo ato que ele, pois para a sociedade é inadmissível que está mãe não ame seus filhos. Homens, diariamente, “abortam” crianças todos os dias quando não assumem o papel da paternidade, enquanto mulheres suportam desafios de uma maternidade solitária e se desdobram em variados papéis com o intuito de não serem subjugadas.

Embora a sociedade possua um sistema patriarcal, a composição de muitas famílias não condizem com essa prática, porém os conservadores insistem em fechar os olhos e não enxergar o que de fato é vivenciado na sociedade, percebe-se que muitas famílias são compostas por uma mãe solo, outras por avós que assumem a responsabilidade dos filhos e sem contar com a diversidade sexual e de gênero que permite que famílias possuam duas mães, sendo essas de orientação sexual diferente do que o patriarcalismo propõe como norma (heteronormativo - relação entre homem e mulher), assim como outras composições que deveriam ser respeitadas na sociedade.

Uma das principais mudanças a respeito da maternidade é o fato de muitas não se identificarem com o papel antes mesmo de gerarem uma criança, outras após o nascimento do primeiro filho e conseqüentemente levando-as a tomar medidas preventivas e contraceptivas, métodos esses que no passado buscavam apenas o controle de natalidade e não a decisão da mulher.

Pedro (2003) descreve em sua pesquisa o quanto a pílula – anticoncepcional revolucionou o século XX no controle de natalidade, sendo introduzida no ano de 1960 e contendo hormônios sintéticos que anulam a ovulação, outra forma de controle, além de possuir a esterilização masculina e feminina, é a criação de preservativos de látex conhecido como o método usado por homens e o mais comum na prevenção da gravidez.

Apesar de tais medidas terem sido propagadas, ainda é possível obter uma gravidez indesejada, seja ela por motivos de falha nos métodos contraceptivos ou ausência de cuidado na hora de se relacionar sexualmente, o que nos remete a falta de educação sexual, tanto para mulheres como para a sociedade em si, em especial as crianças. De acordo com Garbarino (2021), a falta de mediação dos órgãos



responsáveis traz impactos psíquicos no desenvolvimento, na formação de conhecimentos e na promoção do preconceito e tabus relacionados ao sexo e ao gênero.

Portando, entende-se que as mudanças nos papéis femininos também ocorrem através da educação sexual e este conceito não traz apenas o conhecimento acerca de métodos contraceptivos, mas também abrange uma diversidade de saberes acerca da saúde, da identidade, dos papéis sociais, do consentimento, da responsabilidade de proteger a si e ao outro não somente da gravidez, mas de doenças sexualmente transmissíveis, além do reconhecimento de limites de toque físico, com o intuito de evitar a violência sexual, como o estupro e abuso que possuem como principais vítimas as mulheres e as crianças.

A medida em que examinamos as percepções de tais assuntos, observamos que estas transformações continuam em andamento, ficando claro que ainda existem desafios a serem superados, tanto no Brasil quando em outros países do Ocidente.

Diferentes formas de como a mulher foi e/ou tem sido vista na sociedade Ocidental

A visão e o papel das mulheres na sociedade ocidental têm evoluído ao longo dos anos de maneira complexa e multifacetada. Neste capítulo, exploraremos como as mulheres são percebidas em diferentes países do Ocidente, mergulhando em aspectos culturais e sociais que moldam essas percepções. Cada nação tem sua própria história e contexto, o que influencia significativamente a posição e a visão das mulheres

Mesmo diante de mudanças no papel femininos, as nações ocidentais ainda enfrentam desafios profundos em relação ao machismo e à objetificação da mulher na sociedade contemporânea, tendo a violência de gênero como uma grande preocupação.

A objetificação da mulher é um problema global, mas sua manifestação e intensidade podem variar de país para país. Frequentemente associada à hipersexualização nas mídias, na publicidade e na cultura popular, a objetificação da mulher é evidente em muitos aspectos da cultura brasileira, incluindo na mídia e na publicidade, onde imagens de mulheres sexualizadas são usadas para vender



produtos e serviços, perpetuando estereótipos de gênero prejudiciais (Del Priore, 2018).

Wolf (2018) em sua obra “O mito da beleza” oferece uma análise profunda da objetificação da mulher, comparando a percepção de beleza com os comandos da objetificação feminina. Para a autora, as imagens de beleza são usadas para subjugar e controlar as mulheres em várias esferas da vida, desde a publicidade até o local de trabalho.

A consequência mais direta da objetificação é a redução das mulheres a meros objetos de desejo, muitas vezes ligando seu valor à capacidade de atrair e satisfazer sexualmente os outros, o que afeta negativamente a autoestima e a autoimagem das mulheres.

Segundo diz Del Priore (2018) a mídia desempenha um papel significativo na objetificação das mulheres. Campanhas publicitárias frequentemente usam imagens de mulheres idealizadas, sexualizadas e retocadas para vender produtos. Um exemplo dinâmico disso é a manipulação digital de corpos femininos em anúncios de moda, onde a realidade é muitas vezes distorcida para criar padrões inatingíveis de beleza.

A sociedade Ocidental promove a ideia de um ideal de beleza inatingível, muitas vezes retocado e produzido por meio de manipulações digitais. Isso leva as mulheres a buscar constantemente uma perfeição que é inalcançável, o que gera pressão para se encaixar nos padrões de beleza afetando a autoestima e a identidade das mulheres (Rubim, 2018).

De acordo com Bazzanella (2012) nos Estados Unidos, a mídia e a indústria do entretenimento utilizam videocliques musicais, programas de televisão e filmes para muitas vezes promover imagens sexualizadas das mulheres, contribuindo para a percepção de que a atratividade física é o principal atributo de valor. Um exemplo notável é a chamada “cultura da celebridade”, onde as mulheres muitas vezes enfrentam escrutínio constante em relação à sua aparência, alimentando um ciclo de objetificação.

Conforme Rubim (2018), em comparação com outros países ocidentais, como o Reino Unido, a França, o Canadá e a Austrália, onde a idealização de corpos extremamente magros e imagens de modelos retocadas é prevalente, preocupações



com a saúde mental e autoimagem surgem. A publicação de fotos de celebridades sem autorização, destacando imperfeições e alterações nas imagens originais, é um exemplo dessa prática.

Em todos esses países, é evidente que a mídia, a publicidade, a indústria do entretenimento e a moda desempenham um papel fundamental na objetificação das mulheres, promovendo padrões de beleza irreais e reforçando estereótipos de gênero prejudiciais.

No entanto, a conscientização e o ativismo em relação a essa questão estão crescendo em todo o Ocidente. O movimento feminista, em particular, tem desempenhado um papel fundamental na promoção da discussão sobre a objetificação e na busca por uma representação mais autêntica e igualitária das mulheres na sociedade (Rubim, 2018).

Muitas músicas brasileiras, como o gênero musical conhecido como “funk”, frequentemente enfocam a sexualidade e a aparência física, o que pode reforçar estereótipos de gênero. O impacto da música na construção das representações sociais do corpo feminino não pode ser subestimado.

Letras de músicas frequentemente veiculam ideias e imagens que moldam a maneira como a sociedade enxerga as mulheres. É importante notar que a música não é intrinsecamente negativa, mas a forma como o corpo feminino é retratado pode variar significativamente (Del Priori, 2018).

Entretanto, a representação social atribuída ao corpo feminino não se restringe somente à hipersexualização do corpo da mulher na sociedade Ocidental moderna. Dito isso, é de tal importância mencionar que a sobrevivência feminina não se restringe aos países de grande visibilidade social, mas alcançam principalmente mulheres de outras etnias e grupos sociais.

No Irã, a tradição islâmica desempenha um papel crucial na formação das representações sociais do corpo feminino. O hijab, ou véu islâmico, é um símbolo importante da modéstia e castidade, e sua observância é rigorosamente aplicada nas leis iranianas, influenciando profundamente a percepção do corpo feminino.

Bauer (2011) relata que a mulher no Irã é frequentemente representada como algo a ser protegido e oculto da visão pública, refletindo a ênfase na modéstia e na castidade. Essas normas sociais podem impactar as oportunidades de emprego, a



liberdade de movimento e a participação social das mulheres. Nas comunidades indígenas, as mulheres demonstram notável resiliência e liderança, desempenhando papéis cruciais nas tomadas de decisão de suas comunidades e frequentemente estão envolvidas em movimentos de ativismo, buscando justiça, igualdade e a preservação de suas culturas e territórios (Cavalcante, 2001).

Todavia, as mulheres indígenas muitas vezes são presas a estereótipos de gênero arraigados, que as limitam a papéis tradicionalmente definidos, enfrentando expectativas que restringem sua liberdade de escolha, acesso à educação e participação em atividades econômicas fora de suas comunidades.

Almeida (2019) relata que as mulheres negras, por exemplo, enfrentam uma série de desafios sociais, incluindo discriminação na área de trabalho, falta de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, além de disparidades salariais, bem como muitas vezes, elas sofrem violência racial e de gênero, o que pode afetar profundamente sua segurança e bem-estar.

As desigualdades sociais, incluindo aquelas relacionadas a raça e gênero, desempenham um papel fundamental na configuração da sociedade. No contexto ocidental, o racismo estrutural e o sexismo têm contribuído para a formação de uma pirâmide social em que a mulher negra é relegada à base, enfrentando as piores condições socioeconômicas e oportunidades limitadas.

Especialistas concordam que a mulher negra no Brasil enfrenta uma dupla discriminação. Ela é alvo de preconceito racial e de gênero, o que a coloca em situação de maior vulnerabilidade, seja no trabalho, na educação ou na saúde. Essa discriminação cria um ciclo de exclusão que perpetua a posição na base da pirâmide social (Almeida, 2019).

É fundamental continuar a análise crítica e a discussão em torno desse problema em escala global. Isso envolve desafiar estereótipos de gênero prejudiciais, promover a diversidade e a igualdade de gênero, bem como apoiar medidas regulatórias e políticas que abordem a objetificação nas várias esferas da sociedade.

As conquistas de espaço, autonomia e direitos adquiridos pela mulher ao longo dos tempos

As mulheres do Ocidente têm sido alvo de críticas frequentes, embora estudos mostrem seu destaque e avanço na sociedade, conquistando autonomia e direitos ao



longo do tempo. Podemos observar essas conquistas no esporte, na política, no mercado de trabalho, entre outros.

De acordo com Palar e Silva (2018), a Segunda Guerra Mundial teve consequências significativas no século XX, resultando em mudanças políticas, econômicas e sociais em escala global. O autor também destaca a participação das mulheres em diferentes movimentos pacíficos que buscavam garantir não apenas seus próprios direitos, mas também os de outras minorias.

As autoras dizem ainda que as mulheres eram diariamente excluídas das deliberações políticas, o que levou à formação de uma "ala feminina" dentro desses movimentos para garantir sua voz. Contudo, alguns homens achavam essa participação feminina como algo divisivo e enfraquecedor.

Embora as mulheres tenham buscado pela igualdade de gênero no século XX, ainda assim foram oprimidas por seus companheiros, tendo até mesmo um respaldo jurídico. Tal opressão está baseada no primeiro Código Civil brasileiro que estipulou em seu art. 6º que considerava as mulheres casadas como relativamente incapazes, além do art. 219, IV que considerava anulação do casamento caso o marido descobrisse que a sua esposa não era virgem (Palar; Silva, 2018).

Estes artigos, salientavam que o homem era o chefe de família e somente ele poderia autorizar a mulher a trabalhar, reforçando assim as ideias do papel feminino. Além disso, a participação em esportes das mulheres era vedada pelo Decreto-Lei Nº 3.199 do art. 44 no qual enfatiza que a natureza da mulher é incompatível à prática de desportos, sendo esta ideia influenciada por médicos que diziam que práticas esportivas prejudicavam a capacidade de procriação das mulheres, portanto deveriam ser preservadas.

Tal pronunciamento dos médicos, indicam a representação do papel da mulher no esporte, alimentado pela antiga crença de que a mulher era definida pelo ato de procriar e cuidar dos filhos, e a inserção das mulheres no esporte só foi possível após os estudos revelarem que atividade física melhoraria o condicionamento das mulheres e conseqüentemente teriam um corpo mais saudável para procriar, além da imagem estética.

Sendo ainda mais visível a definição do papel da mulher na sociedade e o quanto ela ainda precisa da aprovação de outrem para fazer aquilo que deseja por



prazer, embora, hoje em dia, as mulheres estejam mais presentes no esporte após a desmitificação do primeiro estudo acerca da atividade física e da procriação. (Andrade De Melo, 2009 apud Corrêia, 2022) diz que uma das maneiras de aumentar a presença das mulheres na prática esportiva foi a criação de competições exclusivamente direcionadas para atletas do sexo feminino - com atividades que não demandassem tanto esforço físico ou colocassem em questionamento a sua feminilidade.

Uma ilustração contemporânea de mulheres no mundo esportivo é a jogadora brasileira de futebol Marta. Apesar de conquistar seu espaço no campo, ela ainda enfrenta preconceito e machismo, que limitam seu progresso e resultam em críticas como a pejorativa expressão "mulher macho". O futebol, considerado um esporte mais adequado para homens, é onde Marta se destaca, mas também é onde ela enfrenta desafios por não se enquadrar nos padrões tradicionais de feminilidade. Além das críticas recebidas por sua escolha de carreira, Silva (2020) destaca em seus estudos que durante a Copa de 2019, Marta decidiu jogar sem patrocínio em suas chuteiras como forma de protesto contra a desigualdade de gênero no esporte.

Ela expôs que os patrocinadores oferecem pagamentos inferiores em comparação com os jogadores masculinos, e também protestou contra a disparidade salarial, apontando que em três meses um jogador de futebol masculino ganha o que ela ganha em um ano inteiro. Essas ações evidenciam a desigualdade de gênero e a valorização desigual entre homens e mulheres no esporte.

O que não é diferente em outras áreas de trabalho adquiridos por mulheres, Silvia (2020) em sua pesquisa, diz que o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), ainda que haja queda na desigualdade entre 2012 e 2018, as mulheres ganham, aproximadamente, 20,5% menos que os homens no país.

Agora retornando aos fatos históricos sobre as conquistas e espaços adquiridos pela mulher, em 1932 quando através de lutas do movimento sufragista, as mulheres conquistaram o direito ao voto e com isso abriram portas para a inserção da mulher na política e nos âmbitos sociais.

Após isso, em 1934 houve mais uma conquista para as mulheres adquirem espaço na sociedade, pois segundo a Constituição Federal do artigo 5º, inciso I, toda e qualquer pessoa que reside no país possuem direito à igualdade de gênero perante



a lei, sendo este um princípio fundamental para o combate a qualquer discriminação e preconceito com base no sexo da pessoa.

Palar e Silva (2018) cita que outra alteração legislativa importante para a mulher é a consolidação das Leis trabalhistas de 1943, que estabelece medidas protetivas a favor da mulher no trabalho e a proibição da rescisão do contrato em caso de casamento ou gravidez.

Além de fazer questão de apontar o marco de 1962 quando o Estatuto da Mulher Casada retirou a incapacidade relativa das mulheres em comparação com o marido, bem como a regulamentação da lei N° 6.515 de 1977 conhecida com a Lei do divórcio e a Lei N° 9.504 no qual estabelece quotas eleitorais com o intuito de incentivar a participação da mulher na política.

Todavia mesmo diante da lei ainda encontramos desafios na sociedade para o cumprimento destes princípios, sendo muitas vezes necessário o uso de outras normas infraconstitucionais em situações que discriminam, violentam e anulam as mulheres. Tais como: Lei maria da penha. Lei do minuto seguinte; lei Carolina Dieckman; lei do Femicídio e Stealthing, que podem ser compreendidos da seguinte maneira:

A Lei Maria da Penha foi inserida em agosto de 2006 e situada como a Lei N° 11.340 que disponibiliza intervenções ao combate a violência contra a mulher, o nome é homenagem a uma vítima de violência de seu ex-companheiro, onde suportou e sobreviveu a duas tentativas de homicídio diante das agressões que sofria, embora tenha ficado paraplégica, porém a sua situação a motivou a lutar por seus direitos e pelos direitos de outras mulheres, tornando-se símbolo de referência no Brasil. Tal lei contempla não somente a agressão física, mas também a psicológica, sexual, moral e patrimonial, oferecendo às vítimas: prisão temporária do acusado, corpo de delito, medida protetiva entre o acusado e a vítima, além de escolta policial.

A Lei do minuto seguinte: Inserida em agosto de 2013 e situada na Lei N° 12.845 tem o intuito de ofertar a proteção às vítimas de violência sexual, disponibilizando atendimento instantâneo pelo SUS, mesmo antes de efetuar o boletim de ocorrência, além do apoio médico, psicológico e social é oferecido, também, exames preventivos de DST'S informações dos direitos legal etc.



A Lei Carolina Dieckman: Inserida em novembro de 2012 na Lei nº 12.737 ela não contempla apenas mulheres, mas estas acabam por usufruir mais da lei pela frequência em que são vítimas, a lei foi alterada no Código Penal na tipificação de crimes cibernéticos (violação dos dados de usuários e divulgação de informações privadas) a lei tem este nome em homenagem a atriz Carolina Dieckman que teve suas fotos íntimas expostas devido a uma invasão em seu computador.

A Lei do Femicídio: Lei 13. 104 é defino feminicídio todo assassinato de mulheres por razão de seu gênero, geralmente essas mulheres, enquanto vivas, também foram vítimas de violência física e psicológica. O acusado pode receber pena de 12 a 30 anos de prisão.

E por fim, o **Stealth**ing: (dissimulação, em português) inserido no artigo 15 do código penal (violação sexual mediante a fraude) se refere pela conduta de alguém retirar o preservativo durante uma relação sexual sem o consentimento do(a) parceiro(a). (Souza, 2021).

Apesar das leis garantirem a sua liberdade, é muito mais difícil para as mulheres exercerem seus direitos com tranquilidade se comparado aos homens. No Brasil, há casos recentes de mulheres que ao lutar por seus direitos, ou assumir os mesmos cargos que antes eram ocupados somente pelos homens, sofreram ataques causando-lhe barreiras e até mesmo a morte por meio da misoginia e da violência de gênero.

Como nos casos da Deputada Maria do Rosário, a ex-Presidente Dilma Rousseff e o assassinato em 2018 da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco; Dentre as três mulheres, somente Maria do Rosário permanece no corpo político, e o ataque dirigido a ela foi direcionado pelo Ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro, no qual disse que só não a estupraria porque ela “não merece” e mesmo sendo agredida verbalmente por essas palavras a parlamentar continuou sofrendo represálias (Souto; Sampaio, 2022).

Os autores dizem que a ex-Presidente Dilma Rousseff em sua vez, sofreu um impeachment que posteriormente foi considerado golpe, além de que durante esse processo, a mesma foi alvo de diversas agressões verbais por meio de palavras de baixo-calão e da revista com o tema “As explosões nervosas da Presidente” com o intuito de apontar uma perda de condições emocionais para se manter na presidência.



Durante muito tempo, a mulher foi vista como “louca”, “histérica” e “desequilibrada” não somente nas esferas políticas, mas no seu dia a dia, isso se vê em diversas ações que podem ser causadas tanto por parceiros, como quaisquer pessoas, cujos objetivos podem variar desde a intenção de violentar a mulher, como confundi-la emocionalmente, recorrendo à uma estratégia misógina de controlar e manipular a mulher como se está não tivesse o direito de buscar por seus direitos e assumir poderes públicos.

Encontramos de forma evidente esse modo de desqualificar a mulher nas denúncias realizadas a lei maria da penha, pois ao ser agredida fisicamente ou psicologicamente, o homem se justifica na provocação da mulher, alegando que ela de forma irracional provocou o desfecho por ser desequilibrada e “ciumenta” isto é, quando a agressão não é justificada por atitudes ou vestimentas que está venha a ter.

Duarte (2022) diz que a mulher que não se conformava com o papel de submissa era vista como “histérica” e “temperamental”, sendo essa loucura ligada ao misticismo e considerada um indício de possessão demoníaca. Assim como percebemos no decorrer da pesquisa o evento nomeado “ a caça as bruxas”, no qual é visto que a grande parte das mulheres vítimas eram consideradas como loucas e bruxas por serem sábias e possuírem domínio em conhecimentos médicos. Portanto, definir a Ex-presidente Dilma como “nervosa, louca, insana” é só mais uma tentativa de violenta-la como mulher em posição de poder através de uma cultura sexista e misógina.

No que se refere a Marielle Franco, podemos mencionar o seu assassinato após realizar denúncias de abuso militar na comunidade de Acari durante a intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro, tendo assim a sua voz silenciada e mesmo diante da sua morte foi alvo de notícias falsas visando desfocar a atenção da investigação da sua morte e atingir a sua integridade como mulher (Morais; Souto, 2018 p.46 apud Souto; Sampaio, 2022).

Tais casos são reflexo do que as mulheres lutam para combater desde os primórdios, enfatizando o quanto a mulher sofreu e continua sofrendo ataques pela desigualdade de gênero em diferentes espaços e mesmo quando está assume um lugar de liderança, como o de uma Nação não quer dizer que ela – em seu eu absoluto – está lá, fazendo com que as lutas pela conquista e a ideia de que a mulher pode e



deve está onde ela quiser continuem a existir como um trabalho incansável, buscando ainda pela igualdade de gênero da mesma forma que buscavam séculos atrás, pois o patriarcalismo é tão presente de forma estrutural que faz com que estas percorram desafios não vívidos da mesma que os homens.

Resultando também no que chamamos de “machismo discursivo”, sendo mais específico, no termo “*manterrupting*” (Barros; Busanello, 2019). Onde consiste na prática em que homens interrompem as mulheres em contextos informais e públicos, refletindo na desvalorização da mesma e na sua participação em diferentes meios como forma de invalidar o que ela diz. Colocando, assim, os homens em poder nas decisões e esquecendo que a mulher é um ser livre e com direitos tais como o homem. O autor afirma que o machismo discurso é uma forma de reproduzir a dominação masculina por meio da linguagem, tendendo a diminuí-las e negá-las, tornando-a invisível até para a própria mulher, sendo, portanto, aniquiladas das esferas públicas e tornando mais um obstáculo à própria democracia.

Além do termo *Manterrupting*, existe o *bropropriating* no qual consiste em assumir as ideias das mulheres como se fossem suas sem que sejam dados os devidos créditos as autoras e *masplaining*, que se refere a explicar conteúdos de forma infantilizada às mulheres, como se estas não tivessem a capacidade de entender a linguagem formal.

Portanto, compreende-se que o machismo discursivo contribui para uma ideia sexista e é preciso combatê-lo para promover a igualdade de gênero, para isso, torna-se fundamental que as mulheres continuem buscando conquistar espaço na esfera política, social, familiar, esportiva e na sociedade de modo geral, assim como a história da mulher já passou por retrocessos e avanços não é impossível que tais processos voltem a ocorrer caso as mulheres continuem sendo caladas e oprimidas pela política, religião e economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das publicações foi possível compreender o que Simone de Beauvoir diz sobre tornar-se mulher ao invés de nascer mulher, pois se entende que o papel da mulher é uma construção aprendida através da socialização, se apoiando na teoria do existencialismo do filósofo Sartre, no qual afirma que a essência é posterior à existência, portanto não se nasce mulher por natureza, assim como as suas



inclinações na família, no esporte, na profissão e na vida não são definidos pelo fato de possuírem a genitália feminina e sim pelas suas relações e construções sociais ao longo de sua jornada.

As representações sociais do papel feminino levaram as mulheres a serem educadas para servir, se casarem, serem mães e possuírem apenas o trabalho doméstico não remunerado, colocando-as reféns de um padrão dirigido pela sociedade patriarcal, onde qualquer tentativa de fuga é vista como loucura, radicalismo, vitimismo e/ou rebeldia.

Ademais, se percebe a relevância de permitir que as mulheres falem por si, evitando que homens ditem como ela quer e prefere ser vista aos olhos da sociedade, respeitando o seu – eu – de forma absoluta e as suas escolhas, bem como permitindo que vivam conforme a lei as protegem, em liberdade e autonomia. Embora o machismo esteja enraizado também na vida de muitas mulheres de forma estrutural, compreende-se, que para ocorrer mudanças é preciso que as mulheres escolham lutar por si.

A compreensão desta temática é um fator primordial para avançar como sociedade, não apenas direcionado as mulheres, mas também acadêmicos e a população de modo geral, proporcionando a popularização do conhecimento das representações do papel social das mulheres, não apenas para saber sobre esse papel e replicar ou manter, mas questionar, refletir, pensar sobre e, por conseguinte, promover mudanças que levem a uma sociedade com equidade de gênero.

Portanto, o panorama do que foi e tem sido o papel da mulher no decorrer do tempo, é complexo e repleto de barreiras a serem vencidas, fomentar discussões sobre as representações do que é ser-mulher na sociedade atual, é também compreender a necessidade de buscar forças nas lutas do movimento feminista, pois como foi possível observar, mesmo as mulheres adquirindo espaço na sociedade de maneira significativa, ainda precisam combater o preconceito e os ataques misóginos, a violência e buscar enfrentar todos esses desafios, contudo, ainda que se fale aqui sobre a luta e o papel da mulher, buscar por liberdade é também garantir o direito de todos e o desenvolvimento geral da própria humanidade.

REFERÊNCIAS

Almeida, Silvio. (2019) *Racismo estrutural*. São Paulo, Editora Jandaíra.



- Badinter, Elisabeth. (1985) *Um amor conquistado*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira.
- Bauer, Carlos. (2011) *Breve história da mulher no mundo Ocidental*. São Paulo. Editora Pulsar.
- Balbinotti, Izabele. (2018) A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. *Revista Esmesc*. Florianópolis, v. 25, n.31, p.239-264.
- Barbosa, Ana Mãe. (2016) Síntese da arte-educação no Brasil: duzentos anos e seis mil palavras. *Revista Polyphonia*, Goiânia, v.27, n.2, p. 19-39.
- Barbosa, Laura Alice Leandro & Rocha, Andreza Aparecida. (2021) *Maternidade e representações: um estudo de caso acerca das representações sociais de mães, de participantes, do grupo virtual de mães, sobre a maternidade em contexto de pandemia*. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Ciências da Vida.
- Barbosa, Manuel Gonçalves Barbosa. (2018) *Empoderamento político dos cidadãos. Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 35, p. 1-20.
- Barros, Antônio Teixeira de & Busanello, Elisabete. (2019) Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. *Revista Estudos Femininos*. Florianópolis, v.27, n. 2.
- Bazzanella, Sandra Luiz & Borguezan, Danielly. (2012) Aspectos destacados da constituição e dissolução familiar – de Engels aos dias atuais. *Revista Húmus*, v.2 n. 6.
- Beauvoir, Simone. (1980) *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- Borges, Bruno Ragassi & Dornelas, Kirlla Cristhine Almeida. (2017) Muitas mulheres numa só (?): as representações sociais sobre os papéis sociais femininos na revista Cláudia. *Revista Esfera Acadêmica Humanas*, V. 2, n. 2.
- Boris, Georges Daniel Janja; Lira, Aline Nogueira & Normanda Araújo de Moraes (2016). Concepção e modos de viver em família a perspectiva de mulheres lésbicas que têm filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.32, n.8, p. 1-30.
- Braick, Patrícia Ramos & Mota, Myriam Becho. (2016) *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 4º ed. São Paulo. Editora Moderna.
- Brasil. (1940) Decreto nº2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 de dez. 1941.
- Brasil. (1941) Decreto Lei Nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 16 de abr. 1941.



- Brasil. (2023) Conselho Nacional De Justiça. Pai presente e certidões. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/conteudo/destaques/arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61dfbf7c07f13ea.pdf>. Acesso em: 23 de out. 2023
- Carvalho, Fernanda Cristina Gomes & Paiva, Maria Lucia de Souza Campos. (2009) O olhar de três gerações de mulheres a respeito do casamento. *Bol. Psicologia*, v. 56, n. 131, p. 223-235.
- Cavalcante, Moema. (2001) *Por mares muito antes navegados: a tradição de camões na poesia colonial*. Editora Ulbra.
- Corrêa, Julia Marques de Souza. (2022) *“Mulher macho” preconceito de gênero e futebol feminino*. Trabalho de conclusão de curso de jornalismo - Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ.
- Couto, Maria Carolina do Amaral & Saiani, Carlos César Santejo. (2021) Dimensões do empoderamento feminino no Brasil: Índices e caracterização por atributos locacionais e individuais e participação no Programa Bolsa Família. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 38, p. 1-22.
- Dantas, Daiany Ferreira. (2015) *Corpos visíveis: matéria e performance no cinema de mulheres*. *Revista Attena*, Tese de doutorado em Comunicação Social na Universidade Federal de pernambuco.
- Priore, Mary Del. (2018) *História das mulheres no Brasil*. 6º ed. São Paulo. Editora Contexto.
- Dornelas, Isabela de Oliveira. (2021) Gravidez e controle reprodutivo: coibir e negociar. *Revista História*, ciência, saúde, v. 28, n. 1, p. 319-321.
- Duarte, Carolina Bessa. (2022) O estereótipo de controle biopolítico sobre a mulher nos primeiros anos da república brasileira. *Revista Hidra*, v.6, n. 11, p. 139-176.
- Fernandes, Elionara Teixeira Boa Sorte; Dias, ana Cleide da Silva; Marques, Gabriela Cardoso Moreira & Pereira, Chirlene Oliveira de Jesus. (2019) Adaptação Cultural e confiabilidade. *Revista Acta Paul Enferm*.
- Garbarino, Mariana Inés. (2021) *O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância*. Cadernos Pagu.
- Gomes, Betânia do Carmo Rodrigues. (2006) *O corpo na representação social das mulheres da comunidade boa esperança*. Repositório Institucional da UFPB, Programa de pós-Graduação em Educação Da UFPB.
- Santos, Dionisia; Lima, Debora & Barbosa, Paloma (2021). Os impactos da idealização da maternidade na saúde mental da mulher contemporânea. *Ânima Educação*, Programa de Graduação em psicologia da UMA, Belo Horizonte.



- Limongi, Fernando; Oliveira, Juliana de Souza & Schmitt, Stefane Tomé. (2018) Sufrágio universal, mas... só para homens: o voto feminino no Brasil. *Revista de sociologia e política*, v. 27, n. 70.
- Matos, Raquel & Machado, Carlos (2012). Criminalidade feminina e construído do gênero: emergência e consolidação das perspectivas feministas na criminologia. *Revista Análise Psicológica*, Lisboa, v. 30, n. 1-2.
- Mano, Maíra Kubik. (2019) As mulheres desiludidas: de Simone Beavouir à: "ideologia de gênero". *Revista Cadernos Pagu*.
- Minayo, Maria Cecília. (2013) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13ª edição, São Paulo. Editora Hucitec.
- Marková, Ivana. (2017) A fabricação das representações sociais. *Revista Caderno de Pesquisa*, v. 47, n. 163, p. 358-375.
- Moscovici, Serge. (2012) *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 9ª edição, Petrópolis. Editora Vozes.
- Oliveira, Nilton; Strassburg, Udo & Piffer, Moacir. (2017) *Revistas em ciências sociais aplicada*, v.17, n.23.
- Palar, Juliana Vargas & Silva, Maria Beatriz Oliveira. (2017) O direito como instrumento contra a opressão feminina. *Revista Direito e práxis*, v. 8, n. 2.
- Pedro, Joana Maria. (2003) A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 23, n.24, pp. 239-260.
- Pinto, Célia Regina Jardim. (2010) Feminismo, história e poder. *Revista Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n.36, p. 15-23.
- Rocha, Luís Fernando. (2014) Teorias das Representações Sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das Teorias Psicológicas. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 34, n. 1, p. 47-66.
- Rubim, Linda & Argolo, Fernanda (org.) (2018). O golpe na perspectiva de gênero. *Revista Edufba*, Salvador, p. 191.
- Sardenberg, Cecília. (2009) Conceituando "empoderamento" na perspectiva feminista (transcrição revisada da comunidade oral apresentada ao I seminário Internacional: Trilhas do empoderamento de mulheres – Projeto Tempo, NEIM/UFBA, Salvador, ampliado na versão 2009).
- Santaella, Lucia (org.). (2004) *Corpo e comunicação: sintoma da cultura*, São Paulo. Editora Paulus.



- Silva, Fernando Antônio (2012). Representações Sociais da maternidade segundo mães de crianças com deficiências. *Attena*, Programa de Pós Graduação em psicologia da UFPE, Recife.
- Silva, Edna Morgana Brasil (2020). *Jogadora Marta e o drible no machismo: um estudo do discurso jornalístico sobre as mulheres no esporte*. Repositório Institucional, Programa de Graduação em comunicação social da Universidade de Caxias do Sul.
- Souto, Luana Mathias & Sampaio, José Adércio Leite. (2022) Mulher e voz: os desafios à efetividade dos direitos políticos femininos. *Scielo Brasil*, Florianópolis, v. 42, n. 88, p. 3-30.
- Souza, Ana Paula de Oliveira. (2001) *Entre Rosa e o Azul: um estudo em representações sociais do ser homem e do ser mulher*. Dissertação, Programa de Pós Graduação em psicologia, Seropédica.
- Teodoro, Maria Cecília Máximo; Miraglia, Livia Mendes Moreira & Soares, Maria Clara Persilva (org.) (2020) *Feminismo, trabalho e literatura: reflexões sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea*, Porto Alegre, Editora Fi.
- Pimentel, Silvia & Villela, Wilza (2021). Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil. *Cien. Cult*, São Paulo, v. 64, n. 2.
- Vasconcelos, Vânia Nara Pereira (2005). Visões sobre as mulheres na sociedade Ocidental. *Revista Ártemis*, v. 3.
- Wolf, Naomi (2018). O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contras as mulheres. Editora Rosa dos tempos.

Autoras:

Laís de Araújo Santos

Bacharela em Psicologia pela Universidade Nilton Lins. E-mail: laissantos77.ls@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9687-5124>

Jane da Silva Paes

Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicologia Clínica de Base Fenomenológica pelo Instituto de Ensino Vision. Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Bacharela em Psicologia pela UFAM. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP). Professora do curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO). Preceptora em Psicologia na Pós-graduação em Saúde Pública com ênfase em Estratégia de Saúde da Família (UEA/ESAP). Vice Coordenadora da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial (LAPFE/UFAM). Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-



Existencial LABFEN (FAPSI/UFAM). Supervisora no Projeto de Extensão Plantão Psicológico em escolas do sistema público de ensino em Manaus. E-mail: janedasilvapaes@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9683-8518>